



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
11 de abril
de 2019

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Atos, Fatos e Baratos					
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	2	Gerada	Positiva

MPMA e Iema firmam convênios para oferecimento de estágios

Em reunião realizada na tarde desta terça-feira, 9, o Ministério Público do Maranhão, representado pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema), por seu reitor, Jhonatan Uelson Pereira Sousa de Almada, assinaram dois convênios para que os estudantes da instituição de ensino possam realizar estágios no MPMA.

Também participaram do encontro o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa, e o diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (ESMP), Márcio Thadeu Silva Marques.

Os dois convênios, com duração de cinco anos e possibilidade de prorrogação, tratam de estágios obrigatórios e não obrigatórios para os estudantes de ensino profissional e superior. O número de vagas, carga horária e jornada semanal dos estágios serão definidos pelo MPMA e Iema.

Durante a reunião, o reitor Jhonatan Almada falou sobre os cursos oferecidos pelo Iema em suas 26 unidades distribuídas pelo estado, das quais 13 atuam com ensino médio – técnico em período integral. Atualmente, a instituição atende a mais de quatro mil estudantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Cidades					
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	06	Espontânea	Positiva

Feirinha do Vinhais é montada em avenida como protesto

Desde o mês de janeiro o espaço onde a feira é instalada toda semana foi tomado por containers, colocados para forçar a mudança de local dos feirantes; agora, a feirinha deve ir para o Cohafuma

O dia dos trabalhadores da Feirinha Livre do Vinhais foi bastante turbulento ontem (10), quando iniciaram a montagem de suas bancas. Desde janeiro, o terreno cedido para a montagem da feira foi "invadido" por containers, colocados com propósito de forçar a mudança de local dos feirantes. Ontem, por falta de espaço, eles montaram sua estrutura na Avenida 1, uma das principais vias de acesso para bairros como Vinhais e Cohama, sendo esta uma maneira estratégica para chamar aten-

ção do poder público.

"Por volta das 8h30, os policiais chegaram, de maneira agressiva, e tentaram impedir que montássemos a estrutura", contou uma feirante, que preferiu não ser identificada. "Eles, inclusive, derrubaram um senhor que quase 50 anos. Nós montamos um cordão, todos os feirantes, de mãos dadas, impedindo que entrassem na área que estamos usando", completou a mulher. O trânsito da Avenida 1 foi reorganizado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT).

O secretário municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, Ivaldo Rodrigues, disse ontem que um espaço no Cohafuma foi destinado aos feirantes. A Semapa afirmou que colocou à disposição dos feirantes transporte para levar os equipamentos para novo espaço e reiterou que continua à disposição dos feirantes para o diálogo e encontro de solução conjunta que seja favorável a todos.

Com o impasse, muitos consumidores ficaram preocupados. "Eu faço compras na feirinha há 30 anos,

todas as quartas-feiras, andando. Se mudarem essa feira para o Cohafuma, quase ao lado da Ceasa, como que ela vai atender os moradores da Cohama e Vinhais?", questiona Maria da Graça, moradora da Cohama.

O coordenador da Feirinha do Vinhais, Robson Viana, frisou que a medida de colocar a estrutura no meio da Avenida 1 foi uma forma de chamar atenção, para conseguir respostas mais rápidas. "Enquanto as brigas sobre o verdadeiro dono estiverem rolando, pedimos o nosso espaço de volta. Também temos, do

outro lado da Avenida Jerônimo de Albuquerque, um terreno que está desocupado e que é institucional. Agora que sinalizamos esse terreno como opção para mudança de local, a Prefeitura alegou que construirão uma praça lá", disse o coordenador.

Segundo Robson Viana, uma praça não seria empecilho para a realização da feirinha no local, visto que em bairros como Madre Deus, Cohatrac e Jardim América as feiras são realizadas em praças. "Nós só queremos trabalhar", finalizou o homem.

Documentos

O presidente da Associação dos Moradores do Vinhais, Flávio Dourado, mostrou todos os documentos de autorização para a realização da feirinha livre naquele espaço. "O que está havendo é um grande jogo de interesses do empresário em questão. Nós temos aqui todas as provas de que esse espaço é uma propriedade da União dos Moradores do Vinhais. Temos autorização para realizarmos a feira

nesse espaço, que é organizado ainda, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa)", frisou.

Em outro parecer técnico feito pela Prefeitura, datado em 22 de agosto de 2012, fica descrito que terreno em questão é uma área institucional, e é permanentemente proibido sua venda, desmembramento, construção de muros e alvarás para construções de unidades residenciais e comerciais.

Ministério Público

Em parceria com a Associação dos Moradores do Vinhais, uma ação se tomou por meio do Ministério Público, para que os containers sejam retirados do espaço em que a feira era realizada, enquanto não houver decisão final sobre quem é o verdadeiro proprietário da área. ●

VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL

oestadom.com

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	6		

4ª Câmara Cível mantém condenação de ex-prefeita de Maracaçumé

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a sentença que condenou Eliza Batista dos Santos Silva, ex-prefeita de Maracaçumé, por atos de improbidade administrativa, com as penalidades de suspensão dos direitos políticos por cinco anos; proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo prazo; e multa civil de 10% do valor do dano causado.

A ex-prefeita apelou ao TJMA sustentando que não foi demonstrada a prática do ato de improbidade, pois prestou contas do convênio citado como motivo da ação civil por atos de improbidade administrativa.

O relator do apelo, desembargador Jaime Ferreira de Araujo, observou nos autos que a recorrente, na então condição de prefeita, recebeu recursos financeiros oriundos de convênio celebrado com o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 370 mil, no ano de 2003, cujo objetivo era a construção do Sistema de Abastecimento de Água de Maracaçumé.

Contudo, disse o relator, ficou comprovado das provas colhidas em juízo que, embora tenha a então gestora prestado contas do convênio, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, em inspeção realizada na área, concluiu que as obras não foram executadas na sua totalidade, fato que causou evidente prejuízo ao erário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Política			
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	3

ATINGIDOS POR CHUVAS

Só oito municípios receberão recursos

Apesar de ter sido feita uma força-tarefa para reconhecer o estado de emergência das 38 cidades maranhenses atingidas, apenas oito conseguiram garantir recursos federais



ENCHENTES NO MARANHÃO JÁ AFETARAM CERCA DE 140 MIL PESSOAS, QUE ESTÃO DESABRIGADAS EM DIVERSAS CIDADES DO ESTADO

GIOVANA KURY

Apenas oito municípios maranhenses assolados pelas fortes chuvas conseguiram garantir repasses do governo federal. Isto acontece porque, das 38 cidades maranhenses devastadas pelo grande volume de água, apenas Imperatriz, Santo Amaro, Boa Vista do Gurupi, Timon, Formosa de Serra Negra, Alto Alegre, Santa Helena e Araguañã conseguiram o reconhecimento de seu estado de emergência. A decisão foi comunicada na última terça-feira (9) pelo ministro de Desenvolvimento

Regional, Gustavo Canuto, após reunião em Brasília com o vice-governador, prefeitos, a bancada federal e deputados estaduais maranhenses. Aos maranhenses dos oito municípios em questão, serão doados de imediato pelo governo federal itens como cestas básicas, colchões e artigos de higiene.

Em todo o estado, já são cerca de 140 mil pessoas afetadas pelas enchentes e milhares de desalojados e desabrigados. Até o momento, além das já homologadas, seis cidades – Itaipava de Grajaú, Nina Rodrigues, Sítio Novo, Icatu, Paço do Lumiar e

São José de Ribamar – já decretaram o estado de emergência através do crivo da Defesa Civil do Maranhão e estão apenas aguardando pelo reconhecimento federal. Dentro dos 38, algumas recorreram diretamente à União para que o processo seja aberto. “Os trâmites burocráticos não deixarão de existir para que os municípios sejam atendidos pelo governo federal. No entanto, somos parceiros no passo a passo no que diz respeito ao acompanhamento da formalização dos pedidos dos municípios atingidos pelas enchentes junto a União”, afirmou o vice-governador Carlos Brandão.

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Política			
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	3

Violência: governista pressiona secretário

Rildo Amaral afirmou que já foram registrados quatro homicídios seguidos de empresários em Buriticupu, sem qualquer solução por parte da polícia

Divulgação

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O deputado estadual Rildo Amaral (SD) cobrou, ontem, do secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB), na tribuna da Assembleia Legislativa, a implantação de uma Delegacia Especial de Investigações de Homicídios no município de Buriticupu.

O parlamentar justificou o pedido com base no elevado número de homicídios registrados na cidade e que ainda estão sem solução. Ele afirmou que recentemente quatro empresários de Buriticupu foram assassinados. Os crimes, segundo Rildo, não foram solucionados e assustam a população.

“Eu fiz a indicação, mas quero reforçar aqui que o secretário encaminhe a Delegacia Especial de Investigações de Homicídios para Buriticupu. Já são quatro homicídios seguidos de empresários em Buriticupu que não se têm solução e em duas ruas muito próximas uma da outra. E na população de Buriticupu há uma sensação de insegurança, uma sensação que a população reforça de não ter essa investigação completa”, afirmou.



Rildo Amaral quer instalação de delegacia especial em Buriticupu

Rildo Amaral afirmou que a SSP deve pelo menos indicar que os crimes serão investigados, com uma resposta concreta à sociedade.

“Nós precisamos levar, pelo menos, a sensação de que esses crimes vão ser investigados, para que não aconteça em série o que está acontecendo”, completou.

Pressão

Apesar de o parlamentar ter tentado amenizar o discurso para não abalar a relação com o secretário, a cobrança provocou maior desgaste ao chefe da SSP, que enfrenta fortes acusações do delegado Tiago Bardal, ex-

superintendente de Investigações Criminais (Seic).

Bardal já fez pelo menos três graves acusações a Portela: a 1ª diz respeito à determinação para que a Polícia Civil realizasse uma investigação clandestina e ilegal a quatro desembargadores do Tribunal de Justiça.

A 2ª denúncia de Bardal atinge Jefferson numa suposta manobra para impedir a reabertura das investigações do assassinato do jornalista Décio Sá.

E a 3ª denúncia aponta para uma suposta intervenção do titular da SSP nas investigações de uma operação contra a Máfia da Agiotagem.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Política				
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	3	

Após relatório da PF, base adia votação de projeto de ampliação da Emap

Proposta foi retirada de pauta um dia após revelação de um relatório da PF que apontou fraude na fiscalização de obra de dragagem no Porto do Itaqui

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Os deputados César Pires (PV) e Wellington do Curso (PSDB) comentaram ontem, na Assembleia Legislativa, o relatório da Polícia Federal que confirmou as suspeitas iniciais da investigação sobre fraudes na Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) durante o processo de fiscalização das obras de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui.

A base aliada ao governo Flávio Dino (PCdoB) na Assembleia Legislativa decidiu retirar de pauta o Projeto de Lei nº 257/2018, de autoria do Executivo, que institui o Complexo Industrial e Portuário do Maranhão e amplia a abrangência da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

A matéria chegou a ser votada e aprovada em primeiro turno, mas precisa ser apreciada em uma segunda votação antes de passar a valer efetivamente.

Ainda na semana passada, a proposta recebeu duras críticas do deputado estadual César Pires (PV). Segundo ele, o governo propôs a mudança porque se vê na iminência de perder o controle do Porto do Itaqui, que é federal, mas gerido pelo Estado, via Emap, por meio de um



Base governista acabou não votando o projeto de lei do Executivo, que já havia passado por primeira votação

contrato de delegação.

"A Emap foi criada para administrar o Porto do Itaqui, mas como o governo percebeu que poderia perder o porto para a União, tratou de ampliar a abrangência da Emap para não perder o cabide de empregos que ali existe", afirmou.

Curiosamente, a retirada do projeto da pauta de votações ocorreu um dia depois da revelação de um relatório da Polícia Federal confirmando as suspeitas de fraudes durante o processo de fiscalização das obras de dragagem de aprofunda-

mento do P-100 ao P-104 do Porto do Itaqui.

Após a divulgação do documento, o próprio César Pires chegou a apelar à base governista na Casa, em discurso na terça-feira, 9, que não se aprovasse o projeto da Emap.

"As enchentes acabando aí, a casa não tem, ponte caindo, estrada malfeita, o povo morrendo de fome, e não tem cesta básica. Se Vossas Excelências acharem que é certo, vamos dar outra carta aqui para o governo poder fazer dragagem aqui. Se não acharem, a consciência de

Vossas Excelências é que vai dizer, não é a minha. O meu papel estou fazendo. E estou fazendo aqui em cima de documentos", destacou.

"Vocês fazem a opção: é melhor vender um porto que não tem nada para vender e nada vai agregar, ou diminuir a fome e a miséria e a desigualdade social provocada por tudo, mas agora muito mais pelas chuvas torrenciais que caem no Maranhão? A sorte está lançada, e a consciência de vocês será colocada no futuro do povo do Maranhão", completou.

PF apontou envolvimento de diretores da Emap

O relatório da Polícia Federal que confirma fraudes na Emap durante o processo de fiscalização das obras de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui aponta para a participação de diretores do órgão no esquema.

O documento cita envolvimen-

to de José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante, diretor de engenharia; e de José Antônio Magalhães, diretor de operações. À época da operação da PF, Mendonça disse que as denúncias eram infundadas. A investigação revelou que os dois diretores da Emap participaram de uma reu-

nião na qual se tratou das irregularidades na fiscalização da obra.

"A gravação encontrada no celular apreendido na residência de Rodrigo Alexandre da Costa Silva confirma o termo de declarações de José Ribamar Camara Pinto, de que diversas pessoas na Emap, entre eles o diretor de engenharia José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante e o diretor de operações José Antônio Magalhães, tinham conhecimento de que a empresa Fotogeo Ltda. não havia

realizado o serviço de fiscalização para o qual fora contratada", destaca o documento da PF.

Ainda de acordo com o relatório, todo o material contido na gravação aponta para o fato de que a Fotogeo – empresa que deveria fiscalizar a dragagem – apenas usou material e dados da Jan de Nul – responsável por dragar o canal do Itaqui – para simular uma fiscalização. O relatório sugere a imputação de crimes de peculato e falsidade ideológica aos envolvidos. ●

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Polícia				
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	10	

Caminhão é atacado e a carga roubada na zona rural da capital

Fato ocorreu na terça-feira, quando o veículo saía da distribuidora com os produtos que seriam levados para o interior; carga era avaliada em R\$ 100 mil

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Criminosos voltaram a atacar caminhões de carga no estado, desta vez na zona rural de São Luís. Agentes do Departamento de Combate a Roubo de Carga (DCRC), órgão da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), e policiais militares, ainda ontem realizavam diligências na Ilha, visando prender os quadrilheiros que roubaram, ontem, 9, um caminhão que transportava eletrodomésticos, avaliado em torno de R\$ 100 mil. O crime ocorreu nas proximidades da Residencial Ribeira, área do Maracanã.

“Estamos tentando identificar esse bando e descobrir o destino da carga roubada”, disse o delegado Valdenor Veigas, chefe do DCRC, ontem, em entrevista à TV Mirante. Ele informou, ainda, que uma das vítimas já foi ouvida, e a polícia está na rua, tentando prender os assaltantes.

O motorista, nome não revelado, disse para a polícia que estava com outra pessoa no veículo quando foram abordados. Eles levariam a mercadoria para lojas da empresa no interior do estado. Após deixarem a central de distribuição da empresa na área do Maracanã, no início da tarde de terça-feira, 9, foram abordados

Mercadorias seriam levadas para o interior

por cinco homens, que estavam em um carro particular preto.

As duas vítimas foram dominadas sob arma de fogo. Os bandidos, com a situação controlada, levaram o caminhão para ser descarregado em um local desconhecido, e no período da noite, abandonaram as vítimas e o veículo na Vila Esperança. O motorista disse que no caminhão havia 15 geladeiras, 15 fogões, 50 celulares,

colchões e outros eletrodomésticos.

Mais roubo

No dia 16 do mês passado, um bando criminoso conseguiu sequestrar dois caminhoneiros e roubar R\$ 4.931,30 e uma carga de cerveja. A ação ilegal ocorreu no Km-278 da BR-010, entre as cidades de Imperatriz e

Geladeiras, fogões celulares e colchões foram roubados

Açailândia.

O caso foi registrado no posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Imperatriz, mas está sendo investigado pela Seic. A polícia informou que a ação criminosa foi realizada por cinco bandidos portando armas de fogo. Eles estavam em um veículo Celta preto, de placas não identificadas.

Os criminosos abordaram as vítimas nas proximidades da fazenda

Campolina, na BR-010, e exigiram que elas não chamassem a polícia. Em seguida, o caminhão e as vítimas foram levados para uma área de mata-gal, nas proximidades de uma indústria de celulose, no Km-267 da BR-010, na Região Tocantina.

Nessa localidade, as vítimas foram obrigadas a deixar o veículo e correr sem olhar para os criminosos. Logo depois os assaltantes fugiram levando o dinheiro e 48 garrafas de 600 ml e 17 pacotes de latas de cerveja.

Bandidos

Os criminosos Aleciano dos Santos Reis, João Alberto Chaves Neto, Raimundo Ferreira Barros, o *Neto*, e Josiel Oliveira dos Santos foram apresentados na tarde do dia 13 de fevereiro deste ano na Seic, no Bairro de Fátima. De acordo com a polícia, o bando era acusado de roubo de carga no Maranhão e no estado do Tocantins. No ano passado, eles teriam praticado quatro ações criminosas no interior. ●

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	10		

Operação Alvo Certo fecha o cerco a faccionados em SL

Novos mandados foram cumpridos ontem, desta vez contra os detentos do Complexo de Pedrinhas que ordenavam a prática de crimes na Grande Ilha

A polícia afirmou ontem, em coletiva na sede da Superintendência de Investigações Criminais (Seic), no Bairro de Fátima, que os presidiários do Complexo de Pedrinhas, Deyvison Estrela Mendes, Jorge Henrique Amorim Martins, o *Draçãõ*, Mailton Silva, Alberdan Costa dos Santos e Jhonny Willer Rodrigues de Sousa, o *Vida Louca*, são apontados como os que ordenavam integrantes de facções criminosas, que estão fora da unidade, a praticarem crimes como tráfico de droga e aquisição de arma de fogo.

O delegado Carlos Alessandro de Assis, superintendente da Seic,



Detentos de Pedrinhas que ordenavam a prática de crimes na Ilha

informou que ocorreu, ontem, mais uma etapa da operação Alvo Certo, que investiga ações cometidas por faccionados. Mais cinco mandados de prisão foram cum-

pridos, desta vez em desfavor dos presidiários. "Esses internos de Pedrinhas que davam a ordem aos faccionados que estão fora da cadeia, responderão, agora, por mais

esse crime", afirmou o delegado.

Ainda na noite de terça-feira (9), foi presa, em cumprimento de uma ordem judicial, a mulher do presidiário Jorge Henrique, o *Draçãõ*, Joyce Mary da Cunha Wan Lu me. O delegado declarou que a comunicação entre os presidiários e os outros faccionados era feita por meio da rede social, telefone e também na visitas com seus familiares e advogadas.

Primeira etapa

A primeira etapa da operação Alvo Certo da Seic ocorreu na última terça-feira, e um dos pontos vistoriados foram as residências de três advogadas, na capital. A polícia informou que elas, além de terem recebido passados ordens de internos de Pedrinhas aos faccionados, também teriam elaborado o estatuto para criminosos em troca de dinheiro.

Integra em [o estadoma.com/46434](http://oestadoma.com/46434)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	10		

Justiça antecipa audiência de PM que matou colega no PI

Policial maranhense está preso desde a data do assassinato do cabo da Polícia Militar em Teresina.

O Poder Judiciário do Piauí antecipou a audiência de instrução e julgamento do soldado da PMMA, Francisco Ribeiro dos Santos Filho. Ele foi preso em flagrante, acusado de ter assassinado a tiros o cabo da Polícia Militar do Piauí, Samuel Sousa Borges, de 40 anos. O crime ocorreu na frente do filho da vítima, nas proximidades de uma escola na zona leste de Teresina, a capital piauiense, no dia 1º de fevereiro.

A audiência estava prevista para ocorrer no dia 18 de junho deste ano, mas acabou antecipada para o dia 27 de maio pelo juiz da 1ª Vara

do Tribunal do Júri, Antônio Nollêto. O magistrado alegou que o acusado está custodiado no presídio José Arimateia Barbosa Leite, em Campo Maior, em cumprimento de uma ordem judicial. ●

Integra em [o estadoma.com/464345](http://oestadoma.com/464345)

NA WEB

Líderes de facção são
presos em São Luís

oestadoma.com/464347



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	11 / 04 / 2019	PAG.	12

Presos seis envolvidos em assalto aos Correios em São Bento e a comerciantes

O Grupo de Serviço Avançado (GSA), do Comando de Policiamento de Área Metropolitana (Cpam 3), efetuou a prisão de seis envolvidos em assaltos a comerciantes na região metropolitana de São Luís, na manhã dessa quarta-feira (10), em bairros distintos da ilha. O grupo, capturado com três revólveres, também é investigado por assalto aos Correios de São Bento, na Baixada Maranhense.

Segundo uma fonte do GSA, esta operação foi o resultado de outra, que ocorreu no dia 3 deste mês, quando foram presos Wellington Luís Rodrigues dos Santos, o "Barriga"; Gutemberg Mendes Viegas, o "Guto"; Cláudio Marcelo Torres Mendonça, o "Cabeludo", e Tawan Barbosa Guimarães. Este grupo foi capturado pelo Grupo Avançado por roubo e desmanche de caminhonetes em São Luís.

Dessa vez, na manhã de ontem, os militares do "velado" seguiram para os bairros Bom Jesus (região do Polo Coroadinho), Vila Isabel Cafeteira e João de Deus. Na área do Coroadinho, o GSA teve a cobertura de duas viaturas da 2ª Unidade de Segurança Comunitária (USC). Os criminosos são investigados como autores de postos de combustíveis no Cohafuma e Maioba, em São Luís e Paço do Lumiar, respectivamente, conforme o policial.

Também são suspeitos de assaltos a comerciantes de carnes bovinas, com uso de armas de fogo. Outra ação atribuída ao bando ocorreu na cidade de São Bento, quando R\$



Suspeitos por assaltos em São Luís e na Baixada Maranhense, capturados pelo GSA

150 mil foram levados dos Correios. Com os conduzidos, os militares apreenderam três revólveres, cerca de 200 gramas de substância similar ao crack, celulares, relógios, munições de calibre 38 e ponto 40, comunicador e outros objetos. Foram presos Dheymeson França Coelho;

Wallas de Jesus Cantanhede Araújo, o "Pelado"; Luís Felipe Machado de Jesus, o "Felipe"; Diego Leonardo Coelho dos Santos, o "Canibal"; Kelvin Jeferson dos Santos Reis e Nilton Almeida Dutra Filho, o "Bibil". Eles foram apresentados no 10º Distrito Policial (DP), Bom Jesus. (NELSON MELO)

FOTOS: DIVULGAÇÃO



As duas irmãs se apresentaram na delegacia de Rosário; elas teriam matado Kelly Mouzinho a golpes de faca

Irmãs que mataram mulher com facada na coxa se apresentam na DP de Rosário

Investigadas por matar, na manhã de terça-feira (9), em Matinha (Baixada Maranhense), Kelly Mouzinho, com facadas na coxa, as irmãs Tainá e Tainara se apresentaram, nessa quarta-feira (10), na Delegacia Regional de Rosário. De acordo com informações da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), será pedida, junto à Justiça, a prisão preventiva das duas suspeitas.

Segundo o delegado Armando Pacheco, titular da SPCI, as duas compareceram à delegacia com um advogado, por volta das 12h40. Como já estava fora

do flagrante, não ficaram presas. No entanto, a Delegacia Regional de Vian responsável pela investigação, vai representar pela prisão das irmãs.

O CASO

Kelly Mouzinho, que tinha 25 anos, levou facadas em uma das coxas, sendo que a perfuração teria atingido a artéria femoral. Segundo a polícia, a jovem foi morta na rua, sendo que, na semana passada, ela teria discutido com a mãe das duas autoras do homicídio em uma festa. As duas se provocaram, em seguida, nas redes sociais. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	11/04/2019	PAG.	12

Seic cumpre mandados contra líderes de facção em continuidade à “Operação Alvo Certo”

GILSON FERREIR

NELSON MELO

Ainda em continuidade à “Operação Alvo Certo”, o Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO), da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), deu cumprimento nessa quarta-feira (10) a mandados de prisão contra seis investigados por integrarem o Bonde dos 40, sendo que dez haviam sido capturados no dia anterior. Dentre os presos, cinco integram a cúpula da facção criminosa, incluindo Jorge Henrique Amorim Silva, o “Dragão”.

Em entrevista coletiva realizada à tarde, o delegado Carlos Alessandro, titular da Seic, informou que os policiais civis cumpriram mandados de prisão, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, além de “Dragão”, contra Jonhy William Rodrigues de Souza, o “Vida Loka”; Deyvison Estrela Mendes e Hailton Silva, o “Lalau”. O grupo já estava encarcerado no presídio por crimes diversos. Jorge Henrique, por exemplo, responde pelos ataques a ônibus e prédios públicos no início de 2014 em São Luís, sendo que ele foi um dos que deram a ordem para os atentados. Além disso, disse Carlos Alessandro, as equipes cumpriram mandado de prisão em desfavor de Joyce Mary da Cunha Wan Lume, esposa de “Dragão”, quando ela havia acabado de visitar o marido no Complexo de Pedrinhas. O delegado Gil Gonçalves, titular do DCCO, disse na coletiva que a mulher servia como “pombo-correio”, levando informações



Seis membros do Bonde dos 40 investigados pela “Operação Alvo Certo”, quando eram apresentados à imprensa

das lideranças da facção para as “quebradas” e das “quebradas” para os chefes.

SOBRE A OPERAÇÃO

A “Alvo Certo” ocorreu depois que as equipes fizeram o mapeamento da facção criminosa acerca da movimentação financeira e da participação dos “gravatas”, como são chamados os advogados na linguagem dos faccionados. Sendo assim, foi detectado que uma parte da organização atuava discretamente, ou seja, nos bastidores, articulando o dinheiro oriundo do tráfico de drogas.

A célula também fazia o cadastro dos “batizados”, que são chamados de “irmãos” e que pagam, mensalmente, uma quantia em dinheiro para o “caixinha” da facção. O DCCO descobriu, ainda, que três advogadas ultrapassavam

os limites de suas relações com os clientes, ou seja, serviam como “pombo-correio” para os integrantes do Bonde que estão nas ruas, por meio de informações recebidas dos membros que estão nos presídios.

Inclusive, as advogadas chegaram a sugerir alterações em “artigos” do “Estatuto” da facção. Os policiais civis deram cumprimento a mandados de busca e apreensão nos escritórios delas e em suas residências, sob a supervisão de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA). Nesses locais, segundo o delegado Gil, foram apreendidos documentos e notebooks, que serão averiguados

OPERAÇÃO DO DIA ANTERIOR

Na terça-feira (9), a Seic prendeu Suená Gusmão Cabral (na Vila

Riod); Lilian Diniz Serra (no Coroadó); Dario Ferreira Oliveira (no Cohatrac); Rubenil Silva Fil (no Pirapora); Johnnyson Visguei Gomes (em São José de Ribama João Carlos dos Santos Vieira, o “Sarita” ou “JC” (no Tirirical); Janaína Serra (no Cantinho do Céu); David Andrade, o “Dávila (no Cantinho do Céu); Lilian da Silva Rodrigues (no Cantinho do Céu) e Robson Douglas Gomes Oliveira (no Sacavém).

O delegado Carlos Alessandro frisou que as equipes apreenderam muitos objetos, como caderno de anotações, celulares, cadastro da facção, notebooks e uma quantidade de cocaína avaliada em R\$ 12 mil. A droga, de acordo com o titular da Seic, estava na residência de Dario Ferreira, no Conjunto Cohatrac.